

O clima e a questão de segurança nacional¹

Jorge Arbache²

Os Estados Unidos podem estar à beira de uma transformação profunda na forma como lidam com a mudança climática. O que até recentemente parecia resistência política à agenda ambiental pode em breve ser reinterpretado como imperativo estratégico: o clima deixará de ser tratado como questão ideológica para ser enquadrado como tema de segurança nacional. Essa mudança não viria de uma conversão de ideias, mas da imposição da realidade econômica.

Washington tem recuado de compromissos internacionais, desmontado regulações e abandonado iniciativas que antes conectavam a transição energética à política econômica. Ao mesmo tempo, Wall Street enfrenta riscos crescentes decorrentes de eventos climáticos extremos, que já não podem ser descartados como se fossem anomalias raras. Esse descompasso entre postura política e realidade econômica expõe uma vulnerabilidade estrutural que tende a se aprofundar à medida que desastres climáticos se tornam mais frequentes e custosos.

A escala da exposição é impressionante. O sistema financeiro americano carrega trilhões de dólares em ativos vulneráveis ao clima. Bancos concentram carteiras em zonas costeiras e regiões propensas a incêndios; seguradoras cancelam apólices em massa ou transferem responsabilidades para o setor público; fundos de pensão enfrentam descompasso entre ativos corroídos por impactos climáticos e passivos calculados com premissas desatualizadas. Esse processo já desvaloriza ativos, incluindo residenciais, e perturba mercados essenciais, reforçando a perspectiva de risco sistêmico.

O problema se agrava pela falta de diversificação geográfica das instituições e pela ausência de incorporação robusta dos riscos climáticos nos modelos de precificação. Diferentemente da Europa, que introduziu testes de estresse obrigatórios, os bancos americanos operam em um vácuo regulatório, criando uma arbitragem que favorece a acumulação de riscos não precificados.

O colapso da Net Zero Banking Alliance ilustra a fragilidade de iniciativas voluntárias diante de pressões políticas. A aliança, que chegou a reunir mais de 140 dos maiores bancos do mundo em compromissos de descarbonização, foi forçada a recuar sob acusações antitruste vinculadas ao setor fóssil. Grandes bancos deixaram a coalizão, eliminando metas coletivas vinculantes e desmontando mecanismos de prestação de contas mútua. A fragmentação mina a resposta global coordenada, devolvendo o peso da transição climática a instituições individuais, sujeitas a pressões políticas e interesses comerciais específicos.

O resultado previsível é a desaceleração da descarbonização. Coalizões de mercado,

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/jorge-arbache/coluna/o-clima-e-a-questao-de-seguranca-nacional.ghml>

Acessado em 11.09.2025

² Professor de economia da Universidade de Brasília. Foi vice-presidente de Setor Privado do CAF, secretário de Assuntos Internacionais e economista-chefe do Ministério do Planejamento e economista sênior do Banco Mundial.

por mais ambiciosas que sejam, são vulneráveis à oposição organizada sem salvaguardas regulatórias. Quando iniciativas voluntárias colapsam, esforços que antes tinham coerência global se fragmentam em ações isoladas e desconectadas.

A retirada americana de compromissos climáticos também sinaliza uma estratégia de free riding. Enquanto outros países assumem os custos da transição energética, os Estados Unidos buscam competitividade de curto prazo ao manter indústrias intensivas em carbono. Mas essa estratégia repousa em bases frágeis, pois ignora três realidades incontornáveis: aumento dos custos domésticos da inação, provável retaliação comercial via ajustes de carbono na fronteira e avanços tecnológicos.

A arbitragem climática permite que empresas externalizem custos ambientais por algum tempo, mas essa vantagem artificial é cada vez mais vulnerável. “Clubes de carbono” na Europa e em outras regiões elevam padrões e criam barreiras contra países não cooperativos. Setores intensivos em carbono, como siderurgia, cimento e petroquímica, já enfrentam pressões competitivas que forçam adaptações, mesmo sem políticas domésticas robustas. Comércio e investimento internacionais emergem como alavancas para alinhar realidade climática e política econômica, transformando o clima de preocupação abstrata em imperativo de competitividade industrial. Tecnologias limpas, das renováveis ao hidrogênio verde, já superam alternativas fósseis em custo e escala.

Nesse contexto, enquadrar a mudança climática como questão de segurança nacional não representa uma guinada ideológica, mas o reconhecimento pragmático de ameaças sistêmicas. Eventos extremos funcionam cada vez mais como choques inflacionários localizados, elevando preços de bens e serviços enquanto destroem capacidade produtiva e ativos. A combinação de inflação e estagnação não pode ser administrada por instrumentos monetários tradicionais.

A dependência de combustíveis fósseis amplifica vulnerabilidades geopolíticas, enquanto o atraso tecnológico em renováveis e descarbonização compromete a competitividade industrial americana. Parcerias internacionais em powershoring, hidrogênio e biocombustíveis poderiam ser apresentadas não como agenda ambiental, mas como estratégia de segurança energética. A mudança narrativa é essencial: políticas climáticas precisam ser vistas como instrumentos de competitividade e segurança nacional.

À medida que perdas climáticas se acumularem nos balanços de Wall Street, a pressão interna por mudanças crescerá. O sistema financeiro americano não pode sustentar indefinidamente exposições massivas a riscos climáticos não precificados. A questão não é se os EUA voltarão a uma agenda climática coerente, mas quando, e sob qual narrativa. Para a comunidade internacional, o desafio será moldar esse retorno por incentivos econômicos, e não de pressões políticas.

Reclassificar a mudança climática como risco sistêmico e competitivo transforma mitigação e adaptação de escolhas em necessidades. O enquadramento pela lente da segurança nacional oferece caminho politicamente viável para justificar o que as forças econômicas já tornam inevitável. O eventual “rebranding” da política climática americana não virá de despertar moral, mas de cálculo estratégico. Quando riscos financeiros e competitivos se combinarem, o pragmatismo provavelmente prevalecerá. A única incerteza é se essa transição ocorrerá de forma ordenada ou será imposta por crises.